

Interfaces

Ana Cristina Macário Lopes
CELGA/ FLUC

É uma enorme honra para mim ter recebido o convite da Direção da APL para estar aqui hoje. Uma enorme honra, mas também uma enorme responsabilidade. Tentarei corresponder, na medida das minhas possibilidades, à confiança que em mim depositaram, e desde já vos agradeço a paciência de me escutarem.

Quem trabalha na área do discurso sabe que quem fala, fala sempre de algum lugar. Vou, pois, partilhar convosco o lugar de onde falo. Tenho trabalhado predominantemente nas áreas da Semântica e da Pragmática (e digo predominantemente porque a Linguística Educacional tem também mobilizado a minha atenção nos últimos anos), e a minha pesquisa tem vindo progressivamente a privilegiar e a valorizar a análise de dados empíricos reais, aqueles que correspondem efetivamente ao funcionamento vivo da língua e nos confrontam com usos que os exemplos fabricados por vezes deixam na sombra.

É para mim importante dizer-vos que a minha forma de ser linguista, a minha forma de estar na investigação, que é também a forma como procuro estar na vida, é marcada por uma atitude de abertura e de flexibilidade. Numa época de grande efervescência teórica no âmbito da Linguística, como a que temos vivido nestas últimas décadas, uma atitude de abertura e flexibilidade significa a disponibilidade de integrar, sem dogmatismos, contributos oriundos de distintos quadros teóricos, desde que relevantes para a descrição e explicação dos dados empíricos objecto de análise. Situo-me assim entre os que pensam o pluralismo teórico-metodológico como uma prática positiva, e desde já acrescento que pluralismo teórico-metodológico não equivale a eclectismo, porque os próprios dados empíricos limitam necessariamente a diversidade das abordagens e estabelecem entre elas hierarquias.

Quero ainda dizer-vos à partida que faço minha a formulação lapidar de Levinson & Evans (2010:2746), segundo a qual “language bridges the mental and the social, the psychological and the historical, the ideational and the behavioural.” Ao assumir esta perspectiva basilar, assumo concomitantemente a intrínseca complexidade do objecto linguagem humana, uma complexidade que convoca necessariamente abordagens plurais e complementares, suscetíveis de incorporar, descrever e explicar os diversos níveis de análise de uma língua, nas suas múltiplas interfaces, muitas vezes em fecundo diálogo interdisciplinar.

Nas minhas áreas privilegiadas de investigação, tenho procurado acompanhar os desenvolvimentos dos dois paradigmas dominantes da Linguística contemporânea, que

designarei (à falta de melhor e consciente das limitações que a própria linguagem nos impõe) de formal e funcionalista. O que ressalta, num primeiro olhar, é o facto de estes dois paradigmas caminharem em linhas paralelas, sem espaços de interseção ou diálogo, ciosos das suas distintas fundamentações epistemológicas. No entanto, um olhar mais atento, e não turvado por paixões “territoriais”, reconhecerá certamente que algumas das assunções-chave do paradigma funcionalista têm vindo gradualmente a ganhar terreno e visibilidade, e a ser, de algum modo, absorvidas no âmbito do paradigma formal. Penso, nomeadamente, em duas assunções-chave, que me interessam de modo particular dadas as minhas áreas específicas de investigação: (i) a de que o significado linguístico só pode ser determinado em discurso(s) e não em frases isoladas e descontextualizadas, e (ii) a de que esse mesmo significado é heterogéneo, dadas as distintas funções da própria linguagem verbal.

Se nos detivermos brevemente em teorias recentes da Semântica formal, as chamadas teorias dinâmicas do significado (onde se inscrevem, entre outros, nomes como Heim 1983, Sandt 1992, Kamp & Reyle 1993, Groendijk, Stokhof & Veltman 1996), verificamos que tem havido, de facto, uma abertura a dimensões discursivas da significação e o reconhecimento da forte dependência contextual da interpretação (nomeadamente nos casos de resolução de anáforas nominais e temporais, bem como na acomodação de pressuposições). Naturalmente que é a formalização dessa dependência, no quadro de uma semântica lógica, que constitui o cerne da pesquisa, mas o que me importa evidenciar é justamente a conceção emergente de que a interpretação tem uma natureza incremental, fortemente condicionada pela coerência semântica do discurso.¹ De facto, a partir do momento em que abandonam a abordagem clássica e estática segundo a qual o significado de uma frase corresponde às suas condições de verdade e passam a defender a perspectiva de que o significado de uma frase corresponde ao seu potencial para actualizar (‘update’) um determinado estado de informação (entendido como um contexto definível em termos de representação mental), estas novas teorias semânticas parecem cognitivamente mais plausíveis e de algum modo aproximam-se de

¹ Cf. Kamp & Ryle (1993:59): “The incremental nature of interpretation is closely connected with a ubiquitous feature of discourse, its semantic cohesiveness (...). The connection between cohesiveness and incremental discourse processing is, in rough line, this: to understand what information is added by the next sentence of a discourse to what he has learned already from the sentences preceding it, the interpreter must relate that sentence to the information structure he has already obtained from those preceding sentences. Thus his interpretation of the new sentence must rely on two kinds of structures, the syntactic structure of the sentence itself and the structure representing the context of earlier sentences.”

abordagens mais orientadas para o uso, já que é a interpretação do discurso que está no cerne da pesquisa. Destaco aqui a SDRT (Segmented Discourse Representation Theory), de Asher & Lascarides 2003, uma teoria que se enquadra no âmbito das teorias dinâmicas do significado e que se propõe explicitamente incorporar, num quadro formal, pragmática, semântica lexical e semântica composicional, de modo a modelizar todos os componentes de significado que a interpretação do discurso envolve.²

Há, pois, uma consciência acrescida, no domínio de teorias formais, da incontornável interdependência entre contexto e interpretação, o que implica um efectivo esbatimento das tradicionais fronteiras entre Semântica e Pragmática. E é, de facto, abissal a distância que separa estas novas abordagens semânticas da clássica semântica verocondicional, que aparece hoje algo desqualificada enquanto modelo cognitivamente plausível.

Por outro lado, também no paradigma funcional se têm verificado inflexões significativas, tendentes a rebater uma das mais propaladas fontes de resistência à incorporação da pragmática na teoria linguística, a saber: a ideia algo generalizada de que a pragmática não tem carácter preditivo, porque se centra no estudo de inferências conversacionais particulares, focalizando apenas processos não controláveis de raciocínio inferencial aplicado a objetos linguísticos. Estou a pensar concretamente nas propostas desenvolvidas pelas linguistas neo-griceanos, Atlas, Gazdar, Horn, e nomeadamente Levinson 2000, quando refiro as tais inflexões significativas. Levinson, ao elaborar teoricamente a questão das fronteiras entre semântica e pragmática, argumenta, de forma, a meu ver, bastante convincente, a favor da existência de três níveis de significado: (i) o significado linguisticamente codificado (“sentence meaning”), cuja computação envolve apenas a competência léxico-gramatical dos falantes, (ii) o significado que corresponde às interpretações preferenciais, por defeito, presumíveis, licenciadas por heurísticas pragmáticas a partir da própria estrutura linguística dos enunciados (“utterance-type meaning”), e (iii) o “utterance-token meaning”, que diz respeito ao significado pragmático ou comunicativo de um enunciado, numa situação específica de interacção, resultante de um cálculo inferencial totalmente dependente do contexto situacional e do conhecimento do mundo partilhado pelos interlocutores.

As interpretações preferenciais que correspondem ao “utterance-type meaning” não são baseadas em computações diretas sobre as intenções do falante, antes correspondem a expectativas gerais sobre a forma como determinadas estruturas linguísticas são tipicamente usadas no interior da comunidade. Trata-se, pois, de

² Cf. Asher & Lascarides (2003:2):“Interpreting discourse exploits pragmatics word meaning and compositional semantics, and a theory of discourse interpretation must account for how these knowledge sources interact.”

implicaturas conversacionais generalizadas, convenções de uso que enriquecem o significado linguístico codificado, podendo, no entanto, ser canceladas (como implicaturas que são). Levinson privilegia o estudo do “utterance-type meaning”, das interpretações preferenciais estáveis de certos itens lexicais e de certas construções linguísticas, interpretações essas que, repito, maximizam o conteúdo informativo do enunciado e resultam de um cálculo inferencial por defeito, legitimado por princípios reguladores da interação verbal (claramente inspirados nas máximas conversacionais griceanas). E ao fazê-lo, Levinson demonstra, a partir da análise de fenómenos paradigmáticos (implicaturas escalares, interpretação bicondicional de construções condicionais, implicaturas sistematicamente geradas por construções que envolvem a descrição de eventos articulados por determinadas conjunções (“conjunction buttressing”), resolução de anáforas, reforço da negação no sentido da interpretação de contraditórios como contrários, e.o.), que princípios pragmáticos podem simplificar, de forma sistemática e preditiva, a descrição do léxico e de certas construções gramaticais, oferecendo explicações intuitivamente satisfatórias sobre o modo como os falantes alargam sistematicamente o dito, no decurso do processo interpretativo.³

Desenvolvimentos como os que acabei de mencionar conferem particular relevo à produtividade (descritiva e explicativa) da interface entre semântica e pragmática e são promissores relativamente a uma maior permeabilidade entre paradigmas.

Também a investigação experimental levada a cabo no âmbito da Psicolinguística, com recurso a métodos off-line e on-line, tem lançado luz sobre os processos cognitivos associados à interpretação do discurso, processos dinâmicos que envolvem uma flutuação significativa de padrões de activação de informação, largamente dependentes da estrutura linguística do texto (cf. Gernsbacher 1990, Kintsch 1998, Gaddy, Van der Broek & Sung 2001, e.o.). Julgo que a ideia básica é a de que as estruturas linguísticas (nomeadamente as gramaticais) podem ser perspectivadas como instrutores de processamento, dando pistas para se aceder a diferentes fontes de informação, relevantes para a construção de uma representação mental coerente do discurso.

Gostaria de pôr em relevo que o potencial de convergência entre pesquisadores oriundos de horizontes teórico diversos foi exponencialmente activado a partir do momento em que se começaram a focalizar fenómenos cuja descrição/explicação envolve a consideração do plano do uso, ou seja, a partir do momento em que o texto/discurso se impôs como domínio de investigação incontornável para a

³ “Pragmatic processes play a crucial role in the correspondence rules mapping syntactic structures onto semantic representations, and again mapping semantic representations onto communicated thoughts or utterance meanings.” (Levinson: 2000: 9).

compreensão do efetivo funcionamento de uma língua. Com efeito, penso que o texto/discurso é hoje o ponto de partida de qualquer teoria que se proponha integrar estrutura da língua e operações cognitivas mobilizados pelo uso da linguagem, ou, noutros termos, gramática e processamento. Assim, uma teoria da gramática mais próxima de uma teoria do processamento é algo que certamente mobilizará a reflexão dos linguistas no séc. XXI.

Concluídas estas breves observações preliminares, notas soltas que de algum modo pontuam o meu percurso de leituras e de reflexão pessoal, constato que também elas refletem o meu modo de ser linguista, marcado por uma talvez ambiciosa ou excessiva curiosidade que não desemboca numa especialização efetiva. São as pontes e o questionamento que me interessam e me movem, o que por vezes não é nada securizante. Mas pode alguém ser quem não é?

Gostaria agora, em jeito de balanço, de olhar retrospectivamente, com a distância possível, para a investigação que nos últimos anos tenho vindo a realizar, e de partilhar convosco algumas das convicções que gradualmente tenho vindo a consolidar no confronto directo com os dados empíricos.

Em primeiro lugar, parece-me incontornável (e cito Fonseca (1994)) que “as dimensões pragmáticas da significação se inscrevem de raiz (...) na própria estrutura interna da língua”, ou, numa outra formulação do mesmo autor, “a língua apresenta-se como sistema de virtualidades que integra em si mesmo o processo que é o seu próprio funcionamento discursivo (1994: 100-101).

Em segundo lugar, assumo que há diversos níveis ou domínios pelos quais se distribui a significação linguística, que resultam, em última análise, das diferentes funções que a linguagem verbal pode desempenhar ao ser discursivamente usada (Halliday 1974, Sweetser 1990), nomeadamente: representação do mundo externo ou sócio-físico, modelização do mundo interno do falante (pensamentos e raciocínios), interacção social. Defendo, pois, que a significação linguisticamente plasmada é intrinsecamente heterogénea, o que implica a mobilização de instrumentos teóricos e operatórios distintos quando nos propomos descrever e explicar o comportamento semântico (ou semântico-pragmático) de determinadas construções, partindo dos seus usos efectivos.

Em terceiro lugar, assumo que há uma forte e decisiva interface entre sintaxe, semântica e pragmática. Em consonância com Levinson (2000:8-9), considero que os processos pragmáticos “play a crucial role in the correspondence rules mapping syntactic structures onto semantic representations, and again mapping semantic representations onto (...) utterance meanings”. Neste sentido, distancio-me das abordagens sintáticas (e semânticas) hiperespecializadas, por vezes radicalmente herméticas para os ‘não iniciados’, bem como das descrições semântico-pragmáticas pouco controladas, que escamoteiam o peso da configuração sintática na própria

construção do significado discursivamente comunicado.

A quarta convicção prende-se com a articulação entre funcionamento sincrónico e evolução da língua. Assim, assumo que a mudança semântica resulta em larga medida do uso da língua e é frequentemente regida por motivações pragmáticas (eficiência comunicativa) e cognitivas (conceptualização de domínios mais abstractos através de operações de extensão metafórica de significados mais concretos, ligados à experiencição mais básica e directa do mundo) (cf. Traugott & Dasher 2002).

As assunções acima referidas, não sendo dependentes de uma só teoria, são predominantemente tributárias das teorias semânticas neo-griceanas e de quadros teóricos cognitivo-funcionais. E configuram, para mim, um quadro de referência que, apesar de composto, se adequa e simultaneamente é suscitado pelos dados que tenho privilegiado como objecto de análise.

São duas as principais linhas de investigação que tenho trilhado ultimamente: a primeira prende-se com a análise da polifuncionalidade sincrónica de expressões de base adverbial e preposicional no Português europeu contemporâneo, como, por exemplo, *agora, depois, então, já, sempre, logo, enfim, assim, bem, de facto, de qualquer modo, de outro modo*, que, em sincronia, operam em diferentes domínios da significação discursiva e suscitam, conseqüentemente, instrumentos teórico-metodológicos de análise distintos. Julgo que este filão de pesquisa tem contribuído para um melhor conhecimento dos marcadores discursivos do Português europeu contemporâneo (doravante, PEC), escassamente contemplados nas descrições gramaticais disponíveis. A segunda envolve a caracterização semântico-pragmática de algumas conexões ou relações discursivas no PEC, uma outra área de descrição que, a meu ver, carece de aprofundamento.

No que à primeira linha de investigação diz respeito, a análise de dados empíricos muito versáteis, porque efetivamente polifuncionais em sincronia, colocou-me perante uma questão incontornável, para a qual existem diferentes respostas na comunidade científica internacional: trata-se de um fenómeno de polissemia ou de monossemia susceptível de múltiplas modelações contextuais? Descarto à partida hipótese da homonímia, pelo seu nulo poder explicativo. A abordagem monossémica, minimalista ou unitária, defende a existência de um significado único, comum aos diferentes usos das expressões em apreço, hipótese que implica, por um lado, uma formulação bastante abstracta desse denominador comum, ou ‘core meaning’, e, por outro, a consideração das suas diferentes modulações contextuais (cf., e.o., Cadiot et al. 1985, Franckel 1989, Fisher 2000). Mas a busca de uma definição do significado invariante conduz muitas vezes a instruções de tal modo abstractas (logo, onomasiologicamente não distintivas) que se revelam de pouca utilidade para entender os usos diversificados que se propõe subsumir. Já a abordagem polissémica pressupõe a

existência de um significado básico, a partir do qual se desenvolvem, por extensão cognitiva ou pragmaticamente motivada, outros significados, numa dinâmica de criatividade linguística que explica a permanente reconfiguração das línguas naturais. Esta abordagem tem o mérito de mostrar que funcionamento sincrónico da língua e mudança semântica são aspectos estreitamente relacionados (cf. Traugott & König 1991, Traugott & Dasher 2005, Hansen 2005) e viabiliza a apreensão de padrões recorrentes de extensão de significados, que uma análise em termos de monosemia não permite captar.

No caso das expressões de base adverbial e preposicional que estudei (Lopes 1996, 1998 a, 1998 b, 2000, 2003, 2004, 2006, 2008, 2012 b), a polissemia funcional sincrónica ilustra, na minha opinião, um processo de gramaticalização. Sem pretender esgotar aqui a complexa questão da gramaticalização, cuja definição está longe de ser consensual, direi apenas que utilizo o termo tal como tem vindo a ser utilizado por Traugott na sua investigação sobre o desenvolvimento de marcadores discursivos. Na perspectiva desta linguista, a gramaticalização é um processo unidireccional pelo qual determinados itens ou construções lexicais que operam num primeiro momento ao nível proposicional ou do conteúdo passam a assumir outras funções, de carácter discursivo-pragmático, como, por exemplo, marcação de conexões entre segmentos/constituintes textuais, expressão de expectativas do falante, sinalização de continuação ou mudança de tópico, organização da interacção verbal em termos de turnos de fala, regulação da relação interpessoal. E este processo (a gramaticalização), sendo de natureza semântica, envolve tipicamente uma reanálise sintática das unidades ou construções lexicais em apreço.

A minha investigação trouxe evidência acrescida, com dados do Português, para a validação da hipótese defendida por Traugott & König 1991 e Traugott & Dasher 2002 sobre a unidireccionalidade da mudança semântica característica do processo de gramaticalização. Olhemos para um sub-conjunto de dados:

- (1) “Antes davam e aquilo era distribuído aos pobres (...). *Agora* já não fazem isso.” (CRPC)
- (2) No ano 2000, haverá moeda única na Europa. Terei, *então*, 40 anos.
- (3) Quando me deitei, adormeci *logo*.
- (4) A Ana *ainda* vive em Lisboa.
- (5) “Vou *já*. Vai indo adiante que eu vou *já*.”(CRPC)
- (6) O João almoçou *sempre* em minha casa durante o mês de agosto.
- (7) “...cada um dos negociadores rebeldes disse depois, na respectiva língua

indígena, (...) ser “tanto um cidadão de Chiapas como do México”, cabendo *enfim* a Marcos afirmar (...) que nenhum rebelde está arrependido de ter pegado em armas no 1º dia do ano.” (CETEMPúblico)

(8) “Há cães que não têm medo [de lobos], *agora* há outros que têm.” (CRPC)

(9) Esta inferência pode ser cancelada sem contradição. *Então*, é uma implicatura.

(10) “Penso, *logo* existo.”

(11) *Sempre* vieste!

(12) “Tenho a minha família, tenho mulher e filhos (...) e *ainda* tenho que pagar para trabalhar.” (CRPC)

(13) “Para o STE, “trata-se (...) de uma nova Lei dos Disponíveis só que mais permissiva. *Já* a Frente comum dos Sindicatos da Administração Pública reagiu de forma diferente.” (CRPC)

(14) “Passou a falar a mesma linguagem e a ter os mesmos hábitos, *enfim*, adaptou-se.” (CETEMPúblico)

De (1) a (7), os advérbios *agora*, *então*, *logo*, *sempre*, *ainda*, *já*, *enfim* funcionam sintacticamente como modificadores de predicado, expressam valores temporais ou aspectuais e contribuem para o conteúdo proposicional dos enunciados que os acolhem. Mas os mesmos itens, em contextos sintáticos distintos (cf. exemplos (8) a (14), podem também funcionar como marcadores discursivos, quer sinalizando distintas conexões (semânticas ou semântico-pragmáticas) entre os segmentos textuais que articulam (expressando, por conseguinte, um significado de índole procedimental), quer inscrevendo no discurso o universo de expectativas do falante (caso de exemplo 11).

Não é minha intenção elencar de forma exaustiva, através de dados, todos os valores que os itens em apreço expressam no PEC. Pretendo apenas assinalar que, em contextos sintáticos distintos, tais itens funcionam como elementos exteriores à predicação, sofrendo um processo de reanálise sintática com reflexos no plano semântico-funcional. Os dados apontam para extensões ou derivações a partir de um significado básico, tipicamente aquele cuja descrição convoca o domínio do conteúdo. E essas extensões ilustram tendências da mudança semântica interlinguisticamente atestadas, que apontam para a emergência regular de novos significados de natureza pragmática. No caso vertente, os nossos dados evidenciam predominantemente a trajetória advérbio (modificador de predicado) > conector discursivo, a que se associa uma mudança semântica (significado referencial > significado procedimental).

Por outro lado, julgo possível um tratamento integrado dos diferentes valores atestados em uso, em sincronia, já que eles que se interligam numa rede flexível. Apenas uma ilustração do que acabei de afirmar, a partir de *agora*: enquanto advérbio de localização temporal, *agora*, tipicamente em coocorrência com o Presente do

Indicativo, localiza a situação descrita no enunciado em que ocorre num intervalo de tempo que se sobrepõe ao intervalo de tempo da enunciação, podendo a amplitude desse intervalo ser variável (daí a possibilidade da comutação de *agora* por *neste preciso momento* ou por *atualmente*). Em qualquer dos casos, *agora* implica um contraste entre o intervalo identificado e intervalos dele disjuntos. Sem esta implicação de contraste, o uso de *agora*, em co-ocorrência com o Presente do Indicativo, seria redundante, dado o próprio valor de localização temporal desse tempo verbal. O valor contrastivo mencionado, que pode ser analisado como uma implicatura conversacional generalizada associada ao uso do advérbio de tempo *agora*, parece ter-se convencionalizado nos usos de *agora* como conector contrastivo. Significa isto que, num novo contexto sintático, o contraste deixou de ser interpretado no plano temporal e passou a marcar um valor de processamento, sinalizando uma relação discursiva de contraste.

O meu segundo filão de pesquisa, como atrás já mencionei, centra-se no aprofundamento da caracterização semântico-pragmática de algumas conexões ou relações discursivas, a partir de dados do PEC, e no desbravar de terreno no que toca a outras que, pura e simplesmente, tanto quanto é do meu conhecimento, não foram ainda exploradas.

É hoje consensual que uma das dimensões centrais da coerência textual se prende com a possibilidade de construirmos uma representação mental que explicita nexos ou relações de sentido entre diferentes constituintes textuais, de modo a interligá-los num todo congruente. Chamo a esta dimensão da coerência “coerência relacional” (na esteira, entre outros, em Sanders *et al.* 2001) e utilizo indistintamente as expressões “conexões discursivas” e “relações discursivas” para designar os nexos semânticos que articulam segmentos ou constituintes textuais. Concretizando um pouco mais, direi que, em larga medida, o que distingue um amontoado caótico e desconexo de enunciados de um texto é o facto de, neste último, podermos apreender uma sequencialização semântica relevante e consistente entre os diferentes enunciados que o compõem (por exemplo, uma relação de adição, contraste, alternativa, causa, fim, paralelismo, especificação, síntese, etc).

Há basicamente dois caminhos que têm vindo a ser percorridos nesta área, tendo em vista a elaboração de uma tipologia de relações discursivas. Um deles, de natureza mais empírica e assumindo uma perspectiva semasiológica, envolve uma análise fina do valor semântico dos conectores⁴ usados nas diferentes línguas naturais, a partir de corpora reais (orais e escritos), um contraste interlinguístico dos resultados obtidos e o

⁴ Estes conectores podem ser conjunções, sintagmas preposicionais e adverbiais com valor conectivo e outras expressões fixas com idêntico valor (por exemplo, *quer dizer*).

desenho final de uma rede de relações discursivas fortemente apoiada nos dados (cf. Knott & Sanders 1998); um outro, de natureza mais teórica e ancorado numa perspectiva onomasiolgia, consiste em postular um conjunto a priori de relações discursivas, baseado em princípios externos aos dados, para em seguida testar a sua adequação descritiva. Tais princípios são, nuns casos, de natureza essencialmente cognitiva (Sanders, Spooren & Nordmann 1992,1993; Lehrer 2004), noutros de natureza comunicativo-funcional (Mann & Thompson 1988).

A meu ver, uma categorização cabal das relações discursivas e respectivos marcadores deverá responder a dois critérios fundamentais: adequação descritiva (o conjunto de relações tem de cobrir a diversidade atestada pelos dados empíricos) e plausibilidade cognitiva (as relações devem basear-se em ou corresponder a princípios cognitivamente salientes, que possam ser validados psicolinguisticamente). E uma pré-condição necessária para o estabelecimento de tipologias de alcance interlinguístico passa, naturalmente, pela ampla recolha e análise comparativa de dados provenientes do maior número possível de línguas.

Independentemente da metodologia privilegiada pelos investigadores, parece hoje largamente consensual que os segmentos textuais que uma conexão discursiva tipicamente envolve podem ser de natureza distinta: proposições (extensional ou intensionalmente interpretadas) e actos discursivos/ilocutórios. Daí vários autores proporem uma distinção básica entre *coerência semântica*, escorada nas relações interproposicionais que operam tipicamente no plano do conteúdo, ou seja, ao nível das representações de situações do mundo, e *coerência pragmática*, construída pelas articulações sequenciais de actos ilocutórios.

Por outro lado, as relações discursivas que cimentam a coerência de um texto podem operar ao nível micro-estrutural, articulando segmentos contíguos, mas também ao nível macro-estrutural, articulando sequências mais ou menos extensas de enunciados. Ao nível macro-estrutural, os géneros discursivos e os tipos de sequências textuais são certamente restrições que não poderão ser ignoradas na análise das relações discursivas e dos respectivos marcadores. No entanto, sobre este tópico nada direi, porque, citando livremente Wittgenstein, sobre aquilo de que não podemos falar, devemos ficar em silêncio.

A minha investigação nesta área mostrou-me que a tipologia semântica das frases/orações coordenadas e subordinadas adverbiais, contemplada nas gramáticas mais tradicionais, não esgota de forma alguma as relações/conexões discursivas, explicitamente marcadas por conectores, que nos permitem tecer e configurar a unidade semântica de um texto. Em Mateus *et al.* 2003, no capítulo sobre os aspectos linguísticos da construção textual, há já uma abertura para as “conexões paratáticas de que resultam unidades textuais superiores ao período” e esboça-se já, neste âmbito, uma tipologia. No entanto, cada uma das relações aí assinaladas merece, a meu ver, um

estudo mais desenvolvido. Há, pois, muita investigação a desenvolver nesta área.

Mas mesmo dentro das mais clássicas distinções semânticas no quadro das construções de subordinação adverbial, a minha investigação levou-me a concluir que é imprescindível apurar a descrição (cf. Lopes 2011, 2012 a, 2013). E também aqui me surgiu como muito produtivo o cruzamento de propostas semântico-pragmáticas oriundas do quadro da linguística cognitivo-funcional (cf. Sweetser 1990, Hengeveld 1993, Kortmann 1996, Sanders *et al.* 1992, Couper-Kuhlen & Kortmann 2000, e.o.) com investigação recente realizada no âmbito da sintaxe. É hoje relativamente consensual que, no âmbito das frases/orações subordinadas adverbiais, é possível estabelecer uma distinção sintática entre adverbiais de predicado (ou integradas) e adverbiais de frase (ou periféricas). Esta distinção está contemplada em gramáticas de referência de várias línguas, como Quirk *et al.* 1985, Cardinaletti *et al.* 2001, Bosque e Demonte 1999, e recobre basicamente a distinção entre advérbios de predicado e advérbios de frase. São vários os critérios de natureza sintática que têm sido convocados para sustentar a distinção evocada: a posição que podem ocupar na frase matriz, bem como o comportamento distinto relativamente a um conjunto de testes que envolvem a focalização por clivagem, o escopo da negação de foco ('focus negation'), a resposta a interrogativas Qu-, a possibilidade de ocorrerem no escopo de operadores de foco de natureza adverbial como *só*, a possibilidade de ocorrência em interrogativas e negativas alternativas.⁵ No que ao Português diz respeito, é incontornável o trabalho de Lobo 2003, pela articulação que promove entre sintaxe e discurso.

Penso que há fortes correlações entre o comportamento sintático das adverbiais e os diferentes níveis da estrutura discursiva em que operam. Assim, as subordinadas integradas manifestam conexões estritamente semânticas, ou seja, mobilizam o plano do conteúdo, articulando as situações nelas expressas segundo a instrução codificada pelo conector utilizado; já as adverbiais periféricas operam tipicamente ao nível enunciativo-pragmático. Vejam-se os exemplos seguintes:

(15) A torre ruiu porque houve um sismo violento.

(16) Deve estar gente está em casa, pois/porque as luzes estão acesas.

⁵ Note-se, ainda, que as subordinadas adverbiais integradas podem ocorrer no final de frase sem serem precedidas por pausa entoacional e respondem positivamente aos testes que acabaram de ser mencionados. Já as subordinadas adverbiais periféricas só ocorrem em posição final quando precedidas de pausa entoacional e respondem negativamente aos testes em apreço.

Em (15), a situação descrita na segunda predicação configura uma causa real, uma condição suficiente, verificada na realidade, para a ocorrência da situação descrita na primeira predicação, sendo as duas situações temporalmente ordenadas. E o locutor asseve a relação acusal entre p e q. Já em (16), é óbvio que o facto de haver luzes acesas não é a causa de haver gente em casa. A interpretação é substancialmente distinta e admite uma paráfrase do tipo: deve estar gente em casa, e digo/afirmo isto porque as luzes estão acesas. Noutros termos, o segundo membro da construção funciona como um “speech act modifier”, um acto subordinado de justificação/explicação, no qual o falante joga o conteúdo proposicional como argumento para a conclusão expressa na asserção prévia, correspondente ao acto principal ou director de todo o enunciado. Assim, verifica-se uma articulação de actos ilocutórios sequenciais, havendo claramente uma relação hierárquica e funcional entre ambos. Julgo mesmo que seria clarificador usar diferentes designações para o tipo de relação discursiva em jogo: causa, no primeiro caso, justificação, no segundo. A radical diferença em termos de interpretação, repercute-se num comportamento sintático substancialmente distinto e até no uso de diferentes conectores, em diferentes línguas: veja-se, em francês, o uso de *car/puisque* para a relação de justificação, bem como em alemão *denn* e em inglês *for* ou *since*, por oposição a *parce que*, *weil* e *because*, para a relação de causa.

Vejam-se ainda os seguintes exemplos, desta feita com adverbiais finais:

(17) O Rui enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo.

(18) Para que saibam, eu própria me desfiz em lágrimas.

(19) Para ser sincera, não vejo grande utilidade na mudança de plataforma informática.

Em (17), a adverbial final expressa o fim ou propósito da situação descrita na frase principal, inscrevendo-se no domínio semântico-referencial da significação ou domínio do conteúdo. A construção envolve, no seu primeiro membro, um argumento externo dotado de intencionalidade, um Agente que faz algo tendo em vista o alcance do resultado expresso na subordinada final. Uma paráfrase aceitável de (17) seria: O Rui enviou a encomenda por correio expresso porque queria que ela chegasse dentro do prazo. Já em (18), a final não se relaciona com a predicação com que se articula, antes explicita a finalidade ou o propósito do dizer, da asserção com que se combina, orientando-se para o interlocutor; em (19), a final, orientada para o falante, qualifica o dizer, isto é, expressa a atitude do falante relativamente ao seu próprio acto de fala.

Assim, (18) e (19) poderiam ser parafrazeados, respectivamente, por (18a) e (19a):

(18a) Eu própria me desfiz em lágrimas. E digo/afirmo isto para que saibam.

(19a) Digo-te com sinceridade/sinceramente que não vejo grande utilidade na mudança

da plataforma.

Ambas as finais funcionam como modificadores de acto de fala. É, pois, o plano enunciativo-pragmático que tem de ser convocado para a sua descrição, já que só no âmbito da dinâmica interaccional e das relações intersubjectivas se conseguem explicar as suas funções.

Torna-se, pois, cada vez mais evidente, também nesta área, que uma abertura às dimensões pragmáticas da significação viabiliza tipologias mais granuladas e finas no interior de sub-classes das subordinadas adverbiais. Não sendo a linguagem verbal apenas um sistema simbólico de representação do mundo, mas também um instrumento através do qual interagimos socialmente, não é de estranhar que tal aconteça.

Pretendi, com este brevíssimo apontamento, que deixou inevitavelmente na penumbra muitas das propriedades distintivas que explorei nos meus artigos sobre estas construções, dar visibilidade a uma outra área de pesquisa cuja abordagem justifica e convoca algumas das assunções que comecei por enunciar como norteadoras da minha forma de ser linguista.

Para finalizar, porque o tempo já vai logo e a vossa paciência tem limites, gostaria de vos lançar um desafio: que possamos unir esforços e trabalhar cada vez mais em equipa, partilhando saberes, dúvidas, hipóteses...Estou certa de que projectos solidariamente partilhados nos fazem sempre crescer, como linguistas e como pessoas. E talvez consigamos deste modo, num momento em que perdemos já tantas ilusões, manter vivos alguns sonhos.

Referências

Asher, N. & Lascarides, A. (2003) *Logics of Conversation*. Cambridge: CUP.

Bosque, I. & Demonte, V.(orgs.) (1999) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. 3 vols. Madrid: Editoria Espasa Calpe.

Cadiot, A. et al. (1985) Enfin, marqueur métalinguistique. *Journal of Pragmatics*, 9, pp. 199-239.

Fabricius-Hansen, C. & Ramm, W. (eds.) (2008) 'Subordination' versus 'coordination' in sentence and text. *A cross-linguistic perspective*. Amsterdam: John Benjamins.

Fisher, K. (2000) *From cognitive semantics to lexical pragmatics*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Fonseca, J. (1994) O lugar da Pragmática na teoria e análise linguísticas. In J. Fonseca, *Pragmática Linguística. Introdução, teoria e descrição do português*. Porto: Porto Editora, pp. 95-104.

Gaddy, M.L., van der Broek, P & Y.-C. Sung (2001) The influence of text cues on the allocation of attention during reading. In Sanders et al (eds.), pp. 89-110.

Gernsbacher, M.A. (1990) *Language comprehension as structure building*. London: Routledge.

Groenendijk, J., Stokhof, M. & Veltman, F. (1996) Changez le contexte! *Langages*, 123, pp. 8-29.

Haiman, J. & Thompson, S. (1988) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: J. Benjamins.

Heim, I. (1988) *The semantics of definite and indefinite noun phrases in English*. New York: Garland.

Hengeveld, K. (1993) Adverbial clauses in the languages of Europe. In J.van der Auwera (ed.) *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 335-419.

Kamp, H. & Reyle, U. (1993) *From Discourse to Logic*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Knott, A. & Sanders, T. (1998) The classification of coherence relations and their linguistic markers. *Journal of Pragmatics*, 30, pp. 135-175.

Kortmann, B. (1997) *Adverbial Subordination. A Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

Kehler, A. (2004) Discourse coherence. In Horn & Ward (orgs) *The Handbook of Pragmatics*. Blackwell, pp. 241-265.

Kintsch, W. (1988). The use of knowledge in discourse processing: A construction-integration model. *Psychological Review*, 95, pp. 163-182.

- Kintsch, W. (1998). *Comprehension: A paradigm for cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levinson, S. (2000) *Presumptive meanings. The theory of generalized conversational implicature*. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press.
- Levinson, S. & Evans, N. (2010) Time for a sea-change in Linguistics: response to comments on ‘The myth of language universals’. *Lingua* 120, pp. 2733-2758.
- Lobo, M. (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Lopes, A.C.M. (2013) Contributos para uma análise das concessivas de enunciação no PEC. *Diacrítica*, 26 (no prelo).
- Lopes, A.C.M. (2012 a) Contributos para uma análise semântico-pragmática das causais de enunciação no Português europeu contemporâneo. *Alfa. Revista de Linguística* (São José do Rio Preto) 56 (2), pp. 451-468.
- Lopes, A.C.M. (2012 b) A polifuncionalidade das expressões *de qualquer modo* e *de outro modo* em PEC”. In Armada Costa e Inês Duarte (orgs.), *Nada na linguagem lhe é estranho. Estudos de homenagem a Isabel Hub Faria*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 79-92.
- Lopes, A.C.M. (2011) Contributos para o estudo das finais de enunciação no Português europeu contemporâneo. In *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 6 (1), pp. 125-148.
- Lopes, A.C.M. (2008) *Enfim. Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* 2, pp. 61-76.
- Lopes, A.C.M. & Amaral, P. (2006) From time to discourse monitoring: *agora* and *então* in European Portuguese”. In B. Cornillie & N. Delbecque (eds.), *Topics in subjectification and modalization. Belgian Journal of Linguistics*, 20, pp. 3-18.
- Lopes, A.C.M. (2004) Construções consequenciais em PE. *Letras* (Revista da Faculdade de Letras, PUC, Campinas) 23 (1), pp. 43-56.
- Lopes, A.C.M. & Carapinha, C. (2004) Contributos para uma análise semântico-pragmática das construções com *assim*. *Cadernos de Linguística*, 5, pp. 57-80.

- Lopes, A.C.M. (2003) Elementos para uma análise semântica das construções com *já*. In I. Castro e I. Duarte (orgs.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. 1. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, pp. 411-428.
- Lopes, A.C.M. (2000) *Ainda*. In E. Gärtner, C. Hundt e A. Schönberg (eds.), *Estudos de gramática portuguesa (III)*. TFM: Frankfurt am Main, pp. 65-88.
- Lopes, A.C.M. (1998 a) Contribuição para o estudo semântico-pragmático de *agora*. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXII, pp. 363-376.
- Lopes, A.C.M. (1998 b) Contribuição para o estudo dos valores discursivos de *sempre*. In M. A. Mota & R. Marquilhas (orgs.), *Actas do XIII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Colibri, pp. 3-14.
- Lopes, A.C.M. (1996) *Então*: elementos para uma análise semântica e pragmática. In I. Castro (org.), *Actas do XII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Colibri, pp. 177-190.
- Mann, W. & Thompson, S. (1988) Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. *Text*, 8 (3), pp. 243-281.
- Quirk, R. *et al.* (1985) *A Comprehensive Grammar of the English Language*, London/New York: Longman.
- Sanders, T. & Gernsbacher, M. (2004) Accessibility in text and discourse processing. *Discourse Processes*, 37 (2) pp. 79-89.
- Sanders, T. & Spooren, W. (2001) Text representation as an interface between language and its users. In Sanders et al.(eds.), pp. 1-28.
- Sanders, T., Schilperoord, J. & Spooren, W. (eds) (2001) *Text Representation. Linguistic and Psychological Aspects*. Amsterdam: John Benjamins.
- Sanders, T., Spooren, W. & Noordman, L (1993) Coherence relations in a cognitive theory of discourse representation. *Cognitive Linguistics*, 4, pp. 93-133.
- Sweetser, E. (1990) *From etymology to pragmatics*. Cambridge: CUP.
- Traugott, E. & König, E. (1991) The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In Traugott & Heine (eds.) *Approaches to grammaticalization*, vol 1, pp. 189-218.

Traugott, E. & Dasher, R. (2002). *Regularity in semantic change*. Cambridge: CUP.

Van der Sandt (1992) Presupposition projection as anaphora resolution. *Journal of Semantics*, 9 (4), pp. 333-377.